



O PAC E A UPP NO “COMPLEXO PAVÃO-PAVÃOZINHO-CANTAGALO”: PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM UMA FAVELA DA ZONA SUL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO.

Juliana Blasi Cunha

PPGAS/USP

jublasi@hotmail.com

1. Introdução.

Não é de hoje que as favelas do Rio de Janeiro passam por processos de intervenção urbana. Desde o início do século XX, quando do surgimento das primeiras favelas na cidade do Rio de Janeiro, diversas foram as representações sociais a seu respeito que orientaram as ações do poder público em sua direção. As favelas foram consideradas, no início do século, um problema estético e de saúde pública para a cidade do Rio de Janeiro, então, ilustre capital da República. Nas décadas de 60 e 70, a “teoria da marginalidade social” percebe as favelas como “aglomerações patológicas”¹ que deveriam ser banidas da pitoresca paisagem carioca. Apesar de certa ambigüidade nas políticas públicas direcionadas à favela nas décadas de 60 e 70², pode-se dizer que nesse período realizou-se uma operação gigantesca visando à erradicação das favelas e de seu ameaçador *modus vivendi* no Rio de Janeiro³.

Progressivamente, a partir da década de 1980, faz-se presente uma nova orientação política em relação às favelas, na qual a proposta de remoção em massa não é mais aceita como solução. Ao propor a regularização fundiária e a urbanização das mesmas, o

¹ Tal termo é utilizado por Perlman para descrever o ponto de vista dominante na época sobre favelas. Favela era vista como “uma aglomeração desordenada de vagabundos, desempregados, mulheres e crianças abandonadas, ladrões, bêbados e prostitutas. ...que econômica e socialmente constituem um dreno. Os favelados mantêm-se à parte e o melhor seria que não existissem mais.” (PERLMAN; 2002:42)

² Em meio a essa política de orientação anti-favela das décadas de 60 e 70, foi criada a CODESCO, organismo público cuja missão era manter as favelas e organizar a participação dos favelados nos trabalhos de remanejamento de seus espaços quando da urbanização de seu território. Tal órgão, no entanto, sobreviveu apenas por três anos (1968-1971) em meio a um contexto político declaradamente anti-favela. Para maiores detalhes sobre a atuação da CODESCO ver SANTOS, 1981.

³ Grande parte da população favelada, especialmente a de favelas localizadas na área nobre (Zona Sul) da cidade, foi removida para os conjuntos habitacionais distantes do centro da cidade que eram financiados pelo BNH (Banco Nacional de Habitação) e comercializados pela COHAB. Em um período de 12 anos a operação erradicou 80 favelas, demoliu 26.193 barracos e removeu 139.218 pessoas. (cf. VALLADARES, 2005, 130)



programa “Cada família, um lote” de Brizola (1983-6) marca a ruptura com o paradigma das remoções, inaugurando um outro: o da “integração” à cidade dita “formal”. Além disso, as favelas do Rio de Janeiro passaram a ser nacional e internacionalmente conhecidas como territórios dominados pelo narcotráfico, sendo concebidas, portanto, pelo poder público como importante causa do problema da “segurança pública” nesta cidade.

Interessa aqui, no entanto, mais especificamente, pensar no processo de intervenção pública pela qual o “Complexo Pavão-Pavãozinho- Cantagalo” vem passando a partir do final de 2007. O presente trabalho dedicar-se-á de maneira geral à série de políticas públicas que ali vem sendo implementadas que englobam as obras de infraestrutura e reurbanização do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), as obras de expansão do Metrô Rio que ali construiu um elevador e um mirante, a instalação de uma UPP (Unidade de Polícia Pacificadora) e ainda o processo de regularização urbanística e fundiária. Algumas dessas intervenções podem ser tomadas como parte das tentativas do poder público de preparar a cidade do Rio de Janeiro para sediar a Copa de 2014 e Olimpíadas de 2016, buscando adequá-la aos parâmetros e condições necessários para tal.

O trabalho buscará descrever brevemente tais mudanças em geral, concentrando-se, no entanto, mais detidamente, no processo de regularização urbanística que no presente momento ali está em curso. O objetivo central do trabalho é descrever e analisar as percepções e práticas de seus “moradores” diante dessas alterações como um todo e, mais concentradamente, diante do processo de regularização urbanística e fundiária. Interessa aqui, portanto, através da descrição etnográfica, pensar a forma como os “moradores” percebem e se articulam diante dos decretos de “Uso e Ocupação do Solo” que ali estão sendo aplicados.

O chamado “Complexo Pavão-Pavãozinho-Cantagalo” localiza-se entre três dos mais nobres bairros da Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro, Copacabana, Ipanema e Lagoa, e possui uma população de aproximadamente 10.132 habitantes⁴. É interessante notar que por trás da categoria “Complexo Pavão-Pavãozinho-Cantagalo” estão duas favelas vizinhas que ao se expandirem, acabaram se interligando fisicamente. Tal

⁴Tal estimativa é fornecida em pelo próprio material de divulgação do PAC nessa favela e baseado no cadastramento realizado pela “equipe de trabalho social” junto a população local no último trimestre de 2007.



proximidade física, no entanto, não anula uma certa rivalidade ou disputa entre seus “moradores”⁵ que, por vezes, vem a tona, mas que, por vezes, é também posta em segundo plano. O Cantagalo e o Pavão-Pavãozinho possuem histórias de formação diferentes e tal fato, por vezes, é ressaltado por seus “moradores” quando querem entre si se diferenciar ou distinguir⁶. É orientado por essas diferenciações que esses “moradores” se distribuem e se organizam por esse território, não o concebendo como um todo uniforme e coeso, tal como o termo “Complexo Pavão-Pavãozinho-Cantagalo” poderia sugerir e tal como o percebe o poder público ao elaborar diversas políticas públicas para essa área.

2. Intervenções Públicas.

O PAC⁷ foi oficialmente lançado no “Complexo Pavão-Pavãozinho-Cantagalo” com a presença do ex-presidente da República- Luís Inácio da Silva- e outras autoridades em novembro de 2007, embora a proposta tenha sido apresentada aos “moradores” apenas em março de 2008, na “Primeira Grande Reunião de Moradores”. O projeto de intervenção foi apresentado nessa reunião, destacando-se dois eixos centrais de ação: (1) obras físicas que compõem o “programa de re-urbanização” da favela; e (2) as “ações sociais” que fazem parte do “trabalho social” do PAC.

Desde então, foram construídos pelo PAC no Cantagalo dois prédios para realocar “moradores” tanto do Pavão-Pavãozinho, como do Cantagalo que tiveram que

⁵O termo “*moradores*” aqui é usado para referir-se a todos aqueles que habitam nessa favela. Tal termo é polissêmico e extremamente manipulável reunindo um imenso e variado grupo de pessoas que ali residem e que trazem histórias, situações e interesses completamente diversos. É consciente de tal diversidade que o termo é freqüentemente utilizado ao longo desse texto e também problematizado.

⁶É inegável a existência de uma certa integração entre o Cantagalo e Pavão-Pavãozinho, que pode ser notada, por exemplo, na formação na década de 80 de uma única escola de samba em substituição aos dois antigos blocos existentes, que representavam as duas favelas. Tal integração, no entanto, não anula as diferenciações internas. Por mais que em alguns momentos ressaltem a unidade diante de alguma situação, sempre há indícios da diferenciação que pode ser notada através da existência de duas Associações de Moradores e de rivalidades como, por exemplo, na disputa do local onde será realizada uma próxima reunião: Cantagalo ou Pavão-Pavãozinho?

⁷O PAC é uma política pública do Governo Federal implementada a nível nacional, mas que se orienta localmente de acordo com as especificidades das diferentes regiões nas quais está atuando e caracteriza-se, portanto, como uma política pública “semi-focada”. No Rio de Janeiro, entre outras ações, o PAC selecionou, além do “Complexo Pavão-Pavãozinho-Cantagalo”, outros três a serem contemplados, sendo eles: Alemão, Mangueiras e Rocinha. Essas quatro favelas foram contempladas com verbas do setor de infra-estrutura social e urbana do programa do PAC-RJ, que é uma união de forças entre o Governo Federal, Governo do Estado do Rio de Janeiro, Ministério das Cidades e da Caixa Econômica Federal.



sair de suas casas por conta das obras físicas que envolvem, por exemplo, alargamento de ruas e construção de praças. Muitas foram e ainda são as reclamações de alguns “moradores” do Pavão-Pavãozinho ao saberem que seriam realocados e passariam a viver no Cantagalo. Cada um dos dois prédios possui dois blocos de apartamentos, totalizando quatro blocos e 150 apartamentos. Os apartamentos são de dois quartos, sala, cozinha e banheiro, distribuídos em área de 42 metros quadrados. Ao longo desse período, houve também investimentos em acessibilidade e na rede de esgoto e água, sobretudo, do Pavão-Pavãozinho. Muitas das metas propostas no projeto inicial, no entanto, ainda não foram concluídas e diz-se que serão realizadas a partir do segundo semestre de 2011 pelas obras de continuação do PAC ou, como ficou conhecido, “PAC 2”.

Além do PAC, nessas favelas foi instalada uma Unidade de Polícia Pacificadora (UPP). As UPPs fazem parte da atual política de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro. De acordo com a linguagem frequentemente utilizada pela mídia e pelas autoridades diretamente envolvidas nessa política, trata-se, basicamente, de “tomar” dos narcotraficantes o controle armado dessas “comunidades” e “devolvê-lo ao Estado e à comunidade”, “pacificando-a”⁸. Para tal, a polícia militar, juntamente ao Batalhão de Operações Especiais (BOPE), realiza uma “operação” na favela visando a por um fim no controle armado dos narcotraficantes e, assim, “recuperando o território”. Realizada essa primeira parte da operação, uma UPP com um determinado número de policiais se instala em um ponto estratégico da favela passando a fazer parte da vida social cotidiana desses “moradores”. Fala-se de uma mudança de orientação na atuação da polícia, passando de um policiamento de confronto para um “policiamento comunitário” ou de “proximidade”.

⁸A “retomada desses territórios” em muito parece estar associada ao fato da necessidade de se resolver o “problema das favelas” numa cidade que será sede da Copa do Mundo (2014) e também das Olimpíadas (2016). A notícia do jornal O Globo que, em 15/6/11, anuncia a invasão da favela da Mangueira pelo Bope no domingo próximo bem ilustra a importância que essas UPPs têm em relação a esses grandes eventos: “A 18ª UPP fechará o cinturão de segurança criado pela ocupação de quase todas as favelas do Maciço da Tijuca (Turano, Salgueiro, Formiga, Andaraí, Borel, Macacos e São João), uma área importante para a segurança do Maracanã, onde haverá competições da Copa de 2014 e das Olimpíadas de 2016. Com a pacificação será possível ir da Zona Sul ou do Centro para a região sem passar por favelas sob o domínio de traficantes” (RIO, Jornal O Globo, 15/6/11, pag. 19)



Em 30 de novembro de 2009, o BOPE invadiu o “Complexo Cantagalo-Pavão-Pavãozinho” a fim de fazer operações em busca de armas e esconderijos dos traficantes. Após essa data, aproximadamente um mês se passou até que em 23 de dezembro de 2009 foi inaugurada a Unidade de Polícia Pacificadora Pavão-Pavãozinho/Cantagalo. A UPP lá permanece até hoje, passando a atuar não mais apenas em atividades de repressão ao crime, mas também em atividades relacionadas a diversas esferas da vida social do lugar, tal como a política, esportiva e cultural⁹.

Em 30 de junho de 2010 foi inaugurado ali também um elevador e um mirante recebendo o nome “complexo Rubem Braga”, que se localiza em Ipanema, na Rua Teixeira de Melo esquina com a Rua Barão da Torre, exatamente no mesmo local onde antes existia uma escadaria íngreme de acesso à favela do Cantagalo. O complexo é formado por duas torres com elevadores panorâmicos, um mirante, acesso à recém-inaugurada estação de metrô General Osório e uma passarela que liga essas torres a uma parte do Cantagalo conhecida como Quebra-Braço, ou simplesmente, Quebra¹⁰. É interessante notar que além dos elevadores atualmente serem um dos mais importantes acessos dos “moradores” à favela, o chamado “Mirante da Paz” tornou-se o mais novo ponto turístico de Ipanema com vista para a praia de Ipanema, do Leblon, de Copacabana e para a Lagoa Rodrigo de Freitas. Tal elevador é por vezes citado como um símbolo da integração entre o asfalto e a favela.

⁹Essa unidade foi a quinta UPP da cidade e a terceira implantada na Zona Sul do Rio, sendo: Santa Marta, em Botafogo, na Zona Sul; Cidade de Deus, em Jacarepaguá, na Zona Oeste; Batan, em Realengo, na Zona Oeste; e Chapéu Mangueira/Babilônia, no Leme, também na Zona Sul. “A UPP Pavão- Pavãozinho-Cantagalo é a terceira da Zona Sul da cidade ao lado da UPP Santa Marta e da UPP Babilônia/Chapéu Mangueira. Juntas, as três passaram a formar um novo corredor de segurança ao longo da orla, do Leme à praia de Ipanema. Com um efetivo de 123 homens, a UPP Pavão-Pavãozinho/Cantagalo é comandada pelo capitão Leonardo Nogueira, oficial com formação humanista especializado em percussão latina pela Escola de Música Villa-Lobos”. (http://upprj.com/wp/?page_id=591)

¹⁰ Tal obra foi realizada em parceria do Metrô Rio com o Governo do Estado do Rio de Janeiro. A empresa responsável pela sua construção foi a Odebrecht Infraestrutura. que em sua página da internet explica que o complexo “é composto por um túnel de 260 m de extensão escavado na rocha que liga a estação General Osório às duas torres (de 64 m e 31 m de altura) de elevadores com capacidade para transportar até 100 pessoas por viagem. No topo da torre mais alta foi construído o Mirante da Paz, e serão instalados, ainda, postos de serviços públicos, como o Rio Poupá Tempo”. (<http://www.odebrecht.com/sala-imprensa/noticias/noticia-detahes-81>)



Na esteira dessas intervenções públicas de “urbanização”, “acessibilidade” e “pacificação”, inicia-se ainda ali o processo de regularização urbanística e fundiária, que seria uma fase essencial na dita integração da favela e de seus “moradores” à cidade. O discurso em pauta no momento é que, através dessas intervenções que geraram melhorias e mudanças, esses territórios estariam passando da categoria de favela à de bairro, entrando, portanto, na formalidade. Para tal a favela passa a ter que se adequar a legislação urbanística entre outros deveres, como, por exemplo, pagar taxas de luz, água e, futuramente, IPTU. O Governador Sérgio Cabral em 5/5/2011 esteve presente numa cerimônia no Cantagalo na qual 44 títulos de propriedades foram distribuídos a “moradores” do Cantagalo¹¹. Em seu discurso, o governador advertiu: “Agora aqui vai ser como no asfalto. Vocês estão passando a ter direitos, mas vão ter também que cumprir com seus deveres”.

Em 29 de maio de 2011 o jornal O Globo publicou a matéria: “Cidade ganha 44 ex-favelas”. De acordo com a matéria: “Dois órgãos da prefeitura- a Secretaria Municipal de Habitação (SMH) e o Instituto Pereira Passos (IPP)- fizeram estudos e chegaram a conclusão de que 44 delas deixaram de ser favelas, porque já contam com serviços básicos idênticos aos desfrutados por moradores do asfalto.”¹²

Entre essas 44 está o “complexo Pavão-Pavãozinho-Cantagalo”. Mais duas matérias saíram nos dias seguintes no referido jornal estabelecendo uma discussão sobre se esses lugares poderiam ou não ser classificados como “ex-favelas” ou bairros e quais seriam os critérios para isso. A saída dessas 44 localidades da categoria favela também parece intimamente relacionada a uma prestação de contas ou necessidade de apresentação de resultados por parte do poder público de que investimentos estão sendo bem aplicados nessas áreas e os “problemas” da cidade, que em breve sediará grandes eventos, sendo resolvidos de forma eficiente.

No presente momento o “Complexo Pavão-Pavãozinho-Cantagalo” está vivenciando o processo de regularização urbanística e fundiária a fim de conter seu

¹¹O processo de regularização fundiária do Cantagalo está sendo realizado com o apoio do Instituto Atlântico, que se define como “uma entidade sem fins lucrativos constituída desde 1992 com o intuito de influir no aperfeiçoamento de políticas públicas de forma prática”. (<http://iatlantico.blogspot.com/search/label/Favelas>)

¹² (“RIO”, Jornal O Globo, 29/5/2011, pg.19)



crescimento aparentemente desordenado e espontâneo¹³. De acordo com o site da Secretaria Municipal de Urbanismo (SMU), o processo de regularização urbanística envolve a elaboração de uma legislação para essas áreas que:

“leva em conta a tipologia da ocupação espacial existente e é baseada em quatro fundamentos importantes: 1. A contenção da expansão horizontal – o novo bairro não pode crescer além dos limites estabelecidos. No caso de encostas- o eco-limite deve ser respeitado. 2. A limitação do crescimento vertical, através da estipulação de gabaritos máximos-que variam de acordo com a largura das vias, declividade do terreno e gabarito já existente no local. 3. O respeito ao espaço público – não se pode construir nas ruas e calçadas, ou praças, ou áreas definidas como non aedificandi. 4. A promoção de salubridade”. (<http://www.rio.rj.gov.br/web/smu/exibeconteudo?article-id=140043>)

De novembro de 2010 até maio de 2011 três decretos foram assinados pelo prefeito Eduardo Paes estabelecendo “As normas de Uso e Ocupação do Solo” desses territórios. De forma distinta da intervenção, por exemplo do PAC, os decretos sobre as normas de uso e ocupação do solo foram elaborados separadamente para cada uma dessas duas favelas. O decreto Nº 33015 de 5 de novembro de 2010 diz respeito especificamente ao Cantagalo e o decreto Nº 33866 de 20 de maio de 2011 trata do Pavão-Pavãozinho. Os dois decretos, dentre outras coisas, dividem as favelas em sub-zonas e definem o “gabarito máximo permitido” a cada uma delas. Consta nos dois decretos específicos que:

“As edificações deverão apresentar condições suficientes de higiene, segurança e habitabilidade e respeitar o alinhamento definido pelo decreto.” “As unidades residenciais deverão conter, no mínimo um compartimento habitável, um banheiro com instalação sanitária e uma cozinha, podendo esta última ser conjugada ao compartimento habitável” Assim, segundo o decreto: “Ficam consideradas possíveis de regularização todas as edificações existentes que se incluam nos parâmetros definidos pelo presente Decreto para fins de concessão de habite-se e inscrição imobiliária.”

¹³ A legislação deve orientar o crescimento das favelas, flexibilizando os modelos rígidos adotados no resto da cidade. O estabelecimento das Áreas de Especial Interesse Social (AEIS), foi o instrumento jurídico, que permitiu essa flexibilização. Mais sobre isso ver SOARES GONÇALVES.



Um terceiro decreto (Nº 33648 de 11 de abril de 2011) em jogo não é específico a nenhuma das duas favelas, mas sim destinado a todas as favelas consideradas Áreas de Especial Interesse Social- AEIS. Esse terceiro decreto vem reforçar que:

“Art.1º Fica vedado iniciar a construção de novas edificações em favelas declaradas por Lei como AEIS.(...)Art 2º Serão permitidas apenas reformas nas edificações existentes, comprovadamente para melhoria das condições de higiene, segurança e habitabilidade, desde que: I- seja comprovada sua existência na data da publicação da Lei que declarou a respectiva área como de especial interesse social; II- não promova acréscimo de gabarito ou expansão horizontal ou vertical; III- não se constituam em novas unidades habitacionais; IV- não se situem em Zona de Risco ou de preservação”.

O penúltimo artigo dos dois decretos específicos anteriormente citados prevê ainda que:

“Art. 12º Deverão ser implementadas campanhas elucidativas pelos Órgãos competentes junto a população residente para o esclarecimento do presente Decreto e dos parâmetros urbanísticos aos quais as edificações estarão submetidas para o licenciamento e o aceite”

Campanhas elucidativas, no entanto, não foram realizadas junto à população. A forma como a população tomou consciência da existência desses decretos foi através de um funcionário da SMU (Secretaria Municipal de Urbanismo) que, a partir de abril, acompanhado de policiais da UPP ali instalada e do presidente da Associação do Cantagalo, passou a realizar visitas de fiscalização nessa favela. Nessas visitas, o funcionário e sua “comitiva” circulam pela favela embargando algumas “obras realizadas sem autorização” e distribuindo “autos de interdição” de casas localizadas em áreas classificadas pelo decreto como sendo de risco.

Obras são embargadas por estarem acontecendo sem a necessária autorização prevista no decreto, quando, na verdade, os “moradores” nem da existência do decreto sabiam. Da mesma maneira, as marcações das áreas de risco não foram claramente apresentadas aos “moradores” em uma reunião e muito menos uma solução lhes foi proposta em campanhas elucidativas. Ali ainda não foi instalado um POUSO (Posto de Orientação Urbanística e Social) e nem há previsão para tal. O citado funcionário da SMU vai uma vez por semana à Associação de Moradores do Cantagalo e uma vez também à do Pavão-Pavãozinho prestar esclarecimentos e circular pela favela fiscalizando. Diante dessa situação cabe aqui pensar como os “moradores” vêm se



colocando e articulando diante desses decretos. Quais são as percepções dos “moradores” em relação a esse processo? Como esses diversos “moradores” vêm buscando defender interesses - particulares ou coletivos- diante da implementação dessas intervenções?

3. Percepções e práticas em jogo.

A partir dessas visitas de caráter fiscalizatório realizadas pelo funcionário da prefeitura, a informação sobre a existência dos decretos começa a circular e, junto a ela, espalha-se também pânico, boatos e especulações sobre o que de fato está acontecendo. A partir do momento em que o decreto se torna público, parece se iniciar ali a escalada de uma *crise*¹⁴. A partir dela uma série de ações decorreu. “Moradores” procuram se informar nas Associações de Moradores e ainda nas “reuniões oficiais”¹⁵, que vêm acontecendo uma vez ao mês desde o início do ano de 2011 e, em geral, nelas vinham sendo discutidos questões como a do recolhimento do lixo pela Comlurb e da falta de iluminação de certas áreas. A partir do momento em que a questão dos decretos se espalha pela comunidade, “moradores” levam tais questões para essas reuniões. Na primeira “reunião oficial” que a questão das obras embargadas e decretos apareceu, o presidente da Associação de Moradores do Cantagalo disse que ele já havia feito o convite e que, em breve, alguém responsável da Secretaria Municipal de Urbanismo, SMU, iria comparecer àquela reunião e explicar aos “moradores” os novos decretos.

Enquanto essa “reunião oficial” com a presença do representante da SMU não é marcada e diante dessa situação em que as informações não são claras, alguns “moradores” apavorados procuraram o auxílio da Pastoral de Favelas¹⁶. Com o apoio

¹⁴ Etimologicamente, a palavra crise vem do grego (*krisis*), e nos traz a ideia de momento decisivo, onde pode haver separação ou reaproximação, constituindo, portanto, um momento de aguda reflexão. Além disso, no instrumental teórico-metodológico desenvolvido por Turner, a crise representaria a segunda das etapas do que ele chama *drama social*, caracterizando-se como seu momento com maior grau de reflexividade que evidencia os antagonismos e conflitos latentes em uma determinada sociedade. (Turner, 1980)

¹⁵ “Reunião oficial” é um termo que será utilizado ao longo do texto sempre que for me referir às reuniões realizadas pelo Capitão da UPP, presidentes das duas Associações e “moradores”. Tais reuniões são mais formais, contam com a presença do Capitão e presidentes das duas Associações sentados a frente em uma mesa, ocorrem uma vez por mês, começam e terminam na hora marcada, são mais divulgadas e diferenciam-se das demais reuniões que ali estão sendo realizadas e que, em breve, serão mencionadas no texto.

¹⁶ A Pastoral de Favelas desempenha um papel importante no movimento comunitário de favelas do Rio de Janeiro desde final da década de 70, prestando serviço de Assistência Jurídica e incentivando a mobilização comunitária.



dessa, para além das “reuniões oficiais”, outras reuniões passaram a ser semanalmente realizadas com a participação dos “moradores” e presidentes das Associações de Moradores do Cantagalo e do Pavão-Pavãozinho, mas sem a presença do Capitão Nogueira e de outros policiais da UPP. Essas reuniões vêm ocorrendo na quadra da escola de samba Alegria da Zona Sul, localizada no Cantagalo e, antes de a reunião começar, os “moradores”, tanto do Cantagalo como os do Pavão-Pavãozinho, conversam entre si e as especulações sobre o que de fato ocorrerá correm soltas. “O projeto deles é tirar a gente daqui”. “Querem derrubar nossas casas e mandar a gente para Campo Grande”. “Eles querem fazer disso aqui um lugar para gente rica do asfalto morar”. “Já ouvi falar que vão fazer um restaurante com vista panorâmica para a praia de Copacabana lá no Caranguejo. Por isso que querem mexer com a gente, mas eu não saio da minha casa, não! Quero ver me tirar de lá”.

Ao longo dessas reuniões com a presença de representantes da Pastoral de Favelas os “moradores” vão se apresentando e narrando cada um seu drama. Nessas reuniões acabam vindo à tona também situações de “moradores” que não estão diretamente ligadas às ações da SMU (Secretaria Municipal de Urbanismo) e aos decretos da regularização urbanística, mas sim, por exemplo, às obras do PAC¹⁷. O foco no presente trabalho, no entanto, será dado aos “moradores” que estão sendo diretamente atingidos pela regularização urbanística ali em jogo no momento.

Grande parte dos “moradores” presentes nessas reuniões é de regiões do Pavão-Pavãozinho, conhecidas como Caranguejo e Vietnã, que foram delimitadas pelos decretos como “área de risco” ou A.R.O – Área de Restrição à Ocupação. Segundo o decreto N° 33866, essas áreas foram definidas de acordo com o “relatório GEO-RIO/ Janeiro-2011”. Nessas regiões do Pavão-Pavãozinho localizadas no topo do morro é possível encontrar casas de pau-a-pique e barracos ainda de madeira que em muito diferem do restante das construções da favela em geral. Lá não há água encanada e a

¹⁷ Alguns moradores, por exemplo, foram notificados desde 2008 que suas casas iriam “ter que sair” para o alargamento de uma rua que ainda não saiu do papel do projeto do PAC. Dentro desse grupo há aqueles moradores do Cantagalo que aceitaram trocar suas casas por um apartamento de 42 metros quadrados do PAC construído no Cantagalo e há também aqueles que não aceitaram porque acham que sua casa vale bem mais do que um apartamento desses e não saíram de suas casas. Independente de terem aceitado ou não o fato é que nos dois casos, esses moradores lidam com a indefinição em relação ao que acontecerá com suas casas. Há mais de dois anos aguardam para se mudar para os prédios do PAC ou por outra solução (melhor indenização), mas encontram-se ainda sem saber quando a tal obra, que passou a ser chamada de PAC 2, sairá do papel e eles deixarão suas casas.



iluminação é puxada das casas abaixo, assim como não há rede de esgoto nas casas. Essa área foi considerada como de risco, mas nenhuma proposta clara de solução foi feita aos “moradores”. Nas reuniões esses “moradores” dizem que querem mandá-los para os conjuntos habitacionais do bairro de Campo Grande pelo programa do Governo Federal “Minha casa, minha vida”. Diante de tal possibilidade, mostram-se apavorados e evocam como argumentos contrários a essa possibilidade os vínculos de pertencimento ao lugar, a distância em relação ao emprego e a escola dos filhos. “Minha casa, minha vida acaba é com “Meus sonhos, minha família”. Os representantes da Pastoral de Favelas os acalmam dizendo que não podem tirá-los dali assim e que eles têm que ser indenizados devidamente ou realocados em áreas próximas, tal como previsto na Lei Orgânica do Município, art. 429.

Muitos desses “moradores” questionam o fato da área onde vivem ter sido classificada pelos estudos técnicos da GEO-RIO como de risco, demonstrando não querer sair da sua casa. Muitos são os argumentos utilizados. “Como que é de risco se eu moro aqui há 27 anos e nunca nada aconteceu!?” “Aqui é tudo rochoso. Não estamos sobre o barro. Não há na história da comunidade episódios de desabamentos nessa área aqui.” “Nós temos uma carta na manga: Se isso aqui é área de risco, como foi que o PAC construiu essa caixa d’água gigante aqui¹⁸. É área de risco para a gente, mas não para eles!?!?!”, “Vamos pedir um contra-laudo para verificar isso e mesmo se for área de risco, por que não constroem uma contenção na encosta?! Dizem que sai mais barato do que realocar todos nós” .

Outros “moradores” da mesma região, no entanto, expressam a vontade de deixar suas casas e irem morar em um apartamento desses construídos pelo PAC no Cantagalo. Dizem que há muitos apartamentos ainda vazios e que a situação deles é de urgência. Contam histórias de água entrando em casa e do pânico a cada chuva que cai, chamando atenção para a necessidade urgente de serem realocados nesses apartamentos do PAC que ainda estão vazios. “Esse negócio de rivalidade de morador do Pavão-Pavãozinho com morador do Cantagalo para mim é besteira. Quem diz isso, esta fazendo charme. Se me desse um apartamento lá, eu ia hoje mesmo”. Segundo a Associação de Moradores do Cantagalo, no entanto, os apartamentos do PAC que ainda

¹⁸ As obras do PAC construíram uma grande Caixa D’água numa área colada a área do Caranguejo para abastecer a região dali para baixo. As áreas são tão próximas que é difícil perceber os marcos demarcatórios e entender o que as diferencia enquanto área própria ou de restrição á ocupação.



estão vazios destinam-se aos “moradores” que terão que sair de suas casas por conta da obra referida anteriormente do PAC de alargamento de rua. Os 75 apartamentos vagos já estariam comprometidos com essas pessoas que aguardam o momento de sair de suas casas para a obra se iniciar. Há ainda rumores de que mais prédios serão construídos pelo PAC nessa “segunda fase” para realocar esses “moradores”, mas não se sabe quando e se serão construídos no Pavão-Pavãozinho ou no Cantagalo. A Pastoral de Favelas sugere que os “moradores” do Caranguejo e do Vietnã levem o caso a Defensoria Pública e organizem uma manifestação na orla da praia de Ipanema para expor o caso na esfera pública.

Além da situação dos “moradores” em áreas de risco, outra situação que vem sedestacando não apenas nas reuniões, mas também em conversas nas mais variadas situações é o fato de obras e novas construções estarem proibidas pelos decretos. Obras mesmo que sejam de melhorias só podem ser realizadas agora com a devida autorização da prefeitura e o início de novas edificações está vedado. “Estou com material todo comprado e não posso fazer uma obra na minha casa!?!?”. “O morador vai fazer como agora quando a família aumentar?!?! Aqui é assim!! Os filhos casam, a família cresce e constroem outra casa em cima!! Vai fazer como agora se não pode mais construir nada!?!?!”

A insatisfação e dúvidas por conta da delimitação do gabarito máximo para cada sub-zona em que as duas favelas foram divididas também é grande. Na área do Quebra-Braço no Cantagalo, por exemplo, o gabarito máximo permitido pelo decreto é de 1 pavimento. O que acontece, no entanto, é que nessa região é raro se encontrar uma edificação com um único pavimento. “Os outros pavimentos vão ser derrubados!?!?”, perguntam assustados os proprietários de casas de segundo ou terceiro pavimentos. Segundo informa o técnico da prefeitura em suas visitas com fins fiscalização, os pavimentos não serão derrubados, mas essas edificações não poderão ser regularizadas, ganhando o habite-se ou título de propriedade. “O que acontecerá com as casas que ficarem sem a papelada quando quase todas tiverem o papel direitinho!?!?”. “E as casas de três pavimentos que são antigas!? Serão regularizadas?!?! Isso é direito adquirido!! Antiguidade é posto!! Não podem nos tirar isso...já existe há muitos anos!!”. “Daqui para frente a gente até aceita que seja assim, mas o que já está pronto tem que ser aceito!”





Tal insatisfação dos “moradores” foi também colocada de forma explícita ainda na “reunião oficial” em que o representante da SMU foi até a favela apresentar os decretos e tirar dúvidas dos “moradores”. Na mesa de frente para os “moradores” estavam os dois presidentes das Associações de Moradores, o Capitão Nogueira e o convidado, que ali representava a SMU. O Capitão abriu a reunião e passou a palavra ao convidado que inicia dizendo que os decretos foram criados com o objetivo de melhorar o ambiente de vida deles. Em relação à delimitação do gabarito, ele coloca que:

“ao contrário do que todo mundo pensa, quando uma pessoa aumenta seu gabarito acha que está melhorando a qualidade de vida da sua família, mas está na verdade criando problemas para si e para a comunidade como um todo porque você sobrecarrega a energia, aumenta o adensamento, diminui a ventilação e aumenta quantidade de lixo (...) Nós estamos aqui para tentar regularizar tudo que for possível dentro das normas de segurança e de habitabilidade”. Em relação aos “moradores” de área de risco, ele diz que: “Tem certas situações em que é melhor perder a casa do que perder a vida. Estamos aqui para zelar pelas pessoas, sobretudo as que estão aqui há muito tempo. Vocês tem que entender que às vezes perde em algumas coisas, mas ganhamos em outras. Temos direitos, mas também temos deveres. No asfalto também é assim”.

Após o convidado terminar sua fala, o Capitão passa a palavra aos dois presidentes das Associações e depois deles aos “moradores”. A primeira moradora a falar é do Cantagalo e coloca que:

“Quero falar sobre o impedimento do crescimento da comunidade. Isso quer dizer que o morador do Cantagalo Pavão Pavãozinho não pode mais crescer sua residência para melhorar o ambiente familiar?! A família cresce e tem que ficar todo mundo apertado. O que eu quero dizer para a comunidade é que nós podemos revogar essa lei. Podemos revogar esse decreto! (...) Querem organizar, tudo bem!! Nos queremos uma comunidade organizada, mas tem que respeitar a gente. É fácil tombar casa que foi construída!! Quero ver fazer casa para a gente! Que direito à moradia é esse!?”

Nessa “reunião oficial” não foi apenas a insatisfação com os decretos que foi explicitada pelos “moradores”. Uma série de acusações está sendo feita ao presidente da Associação do Cantagalo como “ele está vendendo o morro todo”, “ele deve estar ganhando muito dinheiro” e “ele não faz nada pela gente”. O fato de ele ter acompanhado o funcionário da prefeitura e os policiais nas “visitas fiscalizatórias” parece de alguma forma ter pesado muito contra ele. Os “moradores” o acusam: “Você deve estar ganhando muito dinheiro para chegar junto com esse técnico e a polícia na



minha casa entregando “laudo de interdição” para minha mãe. Você conhece minha família há 40 anos. Minha mãe foi parar no hospital de desgosto!”

O presidente da Associação de Moradores se defende:

“o pessoal não está se conformando com projeto. Não adianta ficar desacatando e dizendo que estou associado com SMU. Associação não pode resolver esses problemas. Nós agora temos que respeitar a lei. Vocês têm que perguntar e reclamar para eles que estão aqui. A associação não tem mais força agora para resolver esses problemas. A lei agora está com o governo (...) Antigamente o governo não estava presente, então era a Associação que decidia. Agora não! E o pessoal não quer entender isso. Acha que a Associação pode resolver e não é bem assim(...) Estamos lutando para transformar num bairro, então vamos ter que se readaptar”.

A insatisfação que vem sendo demonstrada pelos “moradores” não parece ser apenas com os decretos e com o presidente da Associação de Moradores do Cantagalo, mas também com a participação da UPP na organização política dos “moradores”. Durante essa mesma “reunião oficial” em que o representante da SMU estava presente, antes de passar a palavra aos “moradores”, o Capitão Nogueira pediu que fosse respeitado por cada um o tempo de dois minutos para que maior número possível de “moradores” pudessem expor suas dúvidas. Logo no início, um morador começou a fazer um discurso e após um bom tempo já excedido os dois minutos, o Capitão pediu educadamente para que o morador concluísse e passasse a palavra ao próximo morador para que a reunião terminasse na hora e todos pudessem falar. Um outro morador, no entanto, entrevistou e gritou: “*Pode falar mais. Fala aí. Pode falar porque a gente aqui da comunidade quer ouvir!!*” Nessa mesma reunião, outro morador ao longo de sua fala colocou que: “*A comunidade tem que se organizar por si própria e não esperar pelo Capitão Nogueira*”. Em outro momento que não durante essa reunião conversando com um morador sobre essas “reuniões oficiais”, ele me disse a seguinte frase: “*Agora é o comando azul que não deixa a gente falar!*”.

4. Considerações finais.

Há nitidamente um conflito em jogo em torno dessas intervenções que visam a transformação dessa favela em um bairro. As formas de “uso e ocupação do solo” previstas nos decretos parecem não corresponder à forma como os “moradores” já o fazem em suas práticas sociais cotidianas. Os decretos parecem não contemplar a



complexidade da realidade desse lugar, deixando de fora uma série de categorias e práticas locais¹⁹. Os conceitos de “habitabilidade” e “segurança”, por exemplo, parecem não significar a mesma coisa para os elaboradores do decreto e para muitos “moradores”.

É interessante, no entanto, ressaltar que esse conflito não se pode ser resumido a simples polarização: poder público X “moradores”. O material etnográfico vem apontando que diferentes são as percepções em relação às mudanças pelas quais esse local passa e ainda as estratégias e opções adotadas diante delas pelos próprios “moradores” em questão. Essas reuniões vêm se revelando um *locus* privilegiado de observação etnográfica onde, de maneira conflituosa, os interesses divergentes e também convergentes são nitidamente expostos, podendo ser pensadas como arenas no sentido atribuído por Victor Turner. Segundo Turner, “uma arena é um arcabouço – seja ele institucionalizado ou não- que funciona manifestamente como um cenário para a interação antagonística cujo intuito é chegar a uma decisão publicamente reconhecida”. (TURNER, 2008: 123)

Diante do *drama social*²⁰, as alianças, as articulações, as acusações e as rivalidades latentes no *campo* vêm à tona; manifestando-se, sobretudo nessas *arenas*. Entender a forma como esses diferentes “moradores” se articulam em arranjos, cisões e rearranjos de maneira a defender seus interesses – particulares ou coletivos- acaba por revelar aspectos mais amplos da organização social desse lugar. Nessa disputa para terem suas demandas reconhecidas e objetivos atingidos a “antiguidade” ou “pertencimento ao lugar” ao lugar é frequentemente utilizada como um argumento. Os mais antigos alegam: “Quero uma solução. Moro aqui há 30 anos. Sou nascida e criada aqui” ou ainda “Antiguidade é posto! Sou cria da casa!!” Há ainda acusações de “moradores” em áreas de risco que querem ir para o apartamentos de que nos prédios

¹⁹ Sobre a crítica ao racionalismo dos planejadores urbanos, que amarrados aos seus arcabouços teóricos, não levam em consideração em seus planos de intervenção a complexidade da realidade urbana, ver JACOBS (1961)

²⁰ Referindo-se aos empreendimentos de renovação urbana nos Estados Unidos, Turner (1980) ressalta que esses se tornam *dramas sociais* quando há resistência aos objetivos de seus instigadores. Quem resiste, segundo o autor, percebe a eclosão do empreendimento como ruptura e não como progresso; inicia-se, assim, o que o autor classifica como a primeira das quatro fases do drama social.



do PAC não tem espaço para eles “porque lá está cheio de paraibas²¹ que chegaram aqui ontem. O direito de quem é daqui ninguém vê! Tinha que ser primeiro a gente que é daqui”.

Num processo de disputas por direitos em que se consideram beneficiários os “moradores” do “Complexo Pavão-Pavãozinho Cantagalo”, como se define quem é ou não “morador”? Quem são os “de dentro” e os “de fora” dessa “comunidade”? Seriam alguns mais “moradores” do que outros pelo maior ou menor período em que residem no lugar? Quais são os mecanismos de manipulação desse pertencimento na disputa de reivindicação de direitos²²? Para além dessa distinção relacionada ao pertencimento ao lugar, há uma série de outras diferenciações e divergências de interesses entre esses atores que frequentemente são enquadrados nessa única categoria: “moradores”. Aos poucos, diante desse processo, parecem vir aparecendo as categorias de acusação, que evidenciam alianças, rivalidades e diferenciações entre os “moradores” que compõe a dinâmica organizacional mais ampla desse lugar. Há ali, portanto, uma diversidade sócio-econômica e cultural que em nada parece se assemelhar com as habituais representações de favela como um todo pobre e uniforme.

5. Referências:

Bibliografia

ELIAS, N &. SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders. Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

²¹ Categoria nativa para referir-se aos nordestinos que residem há pouco tempo na favela, sobretudo utilizada pelos moradores do Cantagalo em relação aos recém-chegados do Pavão-Pavãozinho.

²² A respeito de questões de pertencimento ao lugar envolvendo disputas e relações de poder ver ELIAS, N &. SCOTSON, 2000.



JACOBS, Jane. *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

PERLMAN, Janice. *O mito da marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. *Movimentos urbanos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

SOARES GONÇALVES, Rafael. A política, o direito e as favelas do Rio de Janeiro: um breve olhar histórico.

TURNER, Victor. “Social Dramas and Stories about them” in *Critical Inquiry*, Vol. 1, n.º 1. AUTUMN, 1980.

_____ *Dramas, campos e metáforas. Ação simbólica na sociedade humana*. Niterói: Editora Universidade Federal Fluminense, 2008.

VALLADARES, Lícia do Prado. *A invenção da favela: do mito de origem a favela.com*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

Jornal e Mídia digital utilizada:

Caderno “RIO”, Jornal O Globo, 29/5/2011, pg.19

http://upprj.com/wp/?page_id=591

<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2010/06/inaugurado-elevador-com-mirante-no-morro-do-cantagalo.html>

<http://www.odebrecht.com/sala-imprensa/noticias/noticia-detalhes-81>

(<http://www.rio.rj.gov.br/web/smu/exibeconteudo?article-id=140043>)

<http://iatlantico.blogspot.com/search/label/Favelas>

.....